

PESSOAS IDOSAS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA NO CEARÁ NA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19

Vyna Maria Cruz Leite, Carmem Emmanuely Leitão Araújo

Entender as necessidades das pessoas idosas é essencial para definir políticas públicas, as quais podem ser entendidas como aquilo que os governos decidem ou não fazer, para proporcionar bem-estar à sua população. A Constituição Federal (1988), a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) estabelecem marcos sócio jurídicos fundamentais na consolidação dos direitos dos idosos, avançando na perspectiva da proteção social. O objetivo é identificar na população idosa cearense, a quantidade em Instituições de Longa Permanência (ILPI), e suas condições durante os meses de abril de 2020 e abril de 2021, período mais crítico da pandemia da COVID-19. Os dados são do formulário eletrônico do Conselho Estadual do Idoso e preenchidos semanalmente pelas ILPI. Os resultados apontam para a existência de 74 ILPI cadastradas no Conselho, sendo apenas 01 pública. As demais são privadas, sem fins lucrativos ou mistas, presentes em 26 municípios, mas prioritariamente em Fortaleza, com 20 ILPI. No total, 2059 idosos são abrigados. 1.323 encontram-se no interior e 736 na capital, sendo 63% mulheres. 43% dos idosos apresentam Grau I de dependência (independentes), 32% Grau II (dependente em até três atividades de vida diária) e 25% Grau III (requer assistência em todas as atividades de autocuidado e há comprometimento cognitivo). Registrou-se 680 cuidadores, quantidade pequena para o número de idosos. Até abril de 2021 foram vacinados 1.828 idosos com as 2 doses. Um total de 537 idosos institucionalizados foram infectados pela COVID-19, 96 foram a óbito em consequência da doença, 94 óbitos somando todas as outras causas. Os resultados demonstram uma má distribuição de ILPIs no estado, em sua maioria de caráter privado. Há concentração de unidades na capital, embora no interior exista mais idosos institucionalizados. A quantidade de cuidadores é insuficiente para idosos com alto grau de dependência, apontando para uma urgência de políticas públicas nessa área.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Idosos. COVID-19. direitos humanos.